



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL CONTRAF

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

/SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5470 – 13 dezembro de 2016

ATENÇÃO FUNCIONÁRIOS DA CAIXA

Convidamos os(as) funcionários(as) da Caixa Econômica Federal à participarem da **plenária que acontecerá hoje 13 de dezembro, no auditório do Sindicato, às 18h30min**, para debater sobre o Acordo Coletivo da CEF, Circulares RH35 e RH184, entre outros assuntos, que acontecerá, com a presença do Companheiro, **Luiz Ricardo Maggi**, Diretor de bancos públicos, funcionário da Caixa e representante interestadual da Fertraf/RJ-ES na CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados).



Governo Temer balança. Pesquisa Datafolha aponta que 63% da população quer eleger sucessor imediatamente

Sempre se manipulou o que seria a voz das ruas. No golpe de 1964 se criou na opinião pública um clima de isolamento total do presidente João Goulart, de consenso geral pela derrubada do seu governo, o que salvaria a democracia da subversão. Muito tempo depois, já depois da ditadura que seguiu à sua queda, a mais cruel da história do Brasil, revelou-se que pesquisa do Ibope, não publicada naquele momento, mostrava o amplo apoio popular ao governo Jango e como as manifestações de rua da direita expressavam apenas o apoio dos setores radicalizados da classe média, instrumentalizados pela mídia e por setores da igreja católica para preparar o clima do golpe.

Quando Dilma foi eleita, no final de 2014, 74% dos brasileiros consideravam que sua vida tinha melhorado desde 2003, ano em que se iniciava o primeiro mandato de Lula. Um índice muito superior ao da votação recebida por Dilma no segundo turno. Quando foi realizada a vergonhosa votação pelo seu impeachment na Câmara, em abril deste ano, essa cifra tinha baixado à metade. Ou seja, a brutal campanha da mídia tinha apagado da cabeça de muita gente como suas vidas tinham melhorado ao longo dos governos petistas.

Na mais recente pesquisa Vox Populi, o índice dos que consideram que sua vida melhorou desde o começo dos governos do PT subiu para 56%, ao mesmo tempo que o apoio a Lula segue subindo, chegando a 34%, dois índices que refletem o mesmo fenômeno: conforme as pessoas vão perdendo os direitos adquiridos e conforme arrefece a campanha da mídia, a consciência de quanto sua vida tinha melhorado aflora de novo com força. Um índice que tende a subir cada vez mais, ficando pelo menos próximo dos 74% de fins de 2014, acompanhado pelo índice de apoio ao Lula.

No domingo (11/12), uma nova pesquisa Datafolha, feita antes da divulgação de vazamentos para a mídia da delação de um diretor da Odebrecht, que atinge Michel Temer e a cúpula do governo, revela que 63% dos brasileiros querem sua saída imediata e diretas já – número que deve crescer conforme a repercussão das denúncias forem avançando.

Protestos pela votação final da PEC 55

Hoje (13/12), dia em que o Senado Federal deve votar em segundo turno a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que congela os gastos públicos federais por 20 anos, diversos atos contra essa medida e a proposta de reforma da Previdência ocorrerão em Brasília, em capitais do país e outras cidades.

A data de 13 de dezembro coincide com os 48 anos do Ato-Institucional nº 5, quando a ditadura civil-militar fechou o Congresso Nacional, instituiu a censura e jogou o Brasil em seus mais violentos anos de repressão e perseguição política.

Quase 50 anos depois, a PEC 55 pode levar o país a um arrocho histórico, inclusive criticado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo os movimentos sociais, os cortes que ocorrerão nos orçamentos de saúde, educação e políticas sociais caso a PEC 55 seja aprovada, afetarão a vida da população mais pobre e manterão intocados os privilégios dos mais ricos. Como alternativa a PEC 55, os movimentos reivindicam uma reforma tributária que reduza impostos sobre itens básicos, como alimentação e medicamentos, por exemplo, a taxação das grandes fortunas e uma auditoria da dívida pública. Em 2015, os juros e amortizações da dívida pública representaram 42,43% do orçamento da União.